

Resultados econômico-financeiros 2012

LUCRO LÍQUIDO DA AES TIETÊ ATINGE R\$ 901,3 MILHÕES EM 2012

Comentários do Sr. Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores





Em 2012, a receita líquida da AES Tietê totalizou R\$ 2.112,4 milhões, montante 12,0% superior ao registrado em 2011 (R\$ 1.886,0 milhões). Esse desempenho deve-se, principalmente, ao reajuste do preço da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, ocorrido em julho de 2012, ao maior volume de energia vendida na CCEE e através dos outros contratos bilaterais.

Devido às condições hidrológicas desfavoráveis desde setembro de 2012, a CCEE estabeleceu um novo montante de garantia física mensal para todos os participantes do MRE (incluindo a AES Tietê), gerando para essas hidroelétricas uma maior exposição no mercado spot. Com maior volume de energia comprada e o aumento no preço médio negociado no mercado spot, a Companhia registrou aumento em seus custos no 4T12 e, por consequência, o Ebitda foi de R\$ 292,1 milhões, com margem de 59,1%. Já no ano de 2012, a AES Tietê obteve um Ebitda de R\$ 1.542,4 milhões, montante 5,2% acima do registrado em 2011, enquanto o lucro líquido de R\$ 901,3 milhões representou um aumento de 6,7% em comparação ao de 2011.

A AES Tietê propõe a distribuição integral do lucro distribuível obtido em 2012 (R\$ 976,5 milhões), correspondentes a 108,4% do lucro líquido do ano. Essa destinação será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, prevista para ocorrer em 04 de abril de 2013 ("AGOE 2013"). Vale mencionar que ao longo de 2012 já foram antecipados R\$ 768,6 milhões em dividendos referentes aos resultados dos primeiros nove meses do ano.

Em 2013, a Companhia manterá o foco na excelência operacional e na disponibilidade de geração de energia, com investimentos de R\$ 213,2 milhões. Os recursos serão destinados principalmente à modernização e manutenção preventiva das usinas de Água Vermelha, Ibitinga, Nova Avanhandava e Caconde.

Destaques do Ano

 Volume de energia gerada 27% superior à garantia	 Aumento de 15,5% nos custos e despesas operacionais ¹	 Crescimento de 5,2% no Ebitda	 Aumento de 6,7% no lucro líquido
--	--	---	--

¹ Custos e despesas operacionais excluindo depreciação, energia comprada para revenda, os efeitos não recorrentes relativos à venda da PCH Minas no 3T12 e recebimento de sinistro de seguro no 4T12.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013 - A AES Tietê S.A. (BM&FBovespa: GETI3 e GETI4; OTC: AESAY e AESYY) anunciou hoje os resultados referentes ao 4º trimestre de 2012 e ao ano de 2012. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados da AES Tietê S.A. e de sua controlada AES Rio PCH Ltda., de acordo com a Legislação Societária. Os saldos de resultado da AES Minas estão reconhecidos no resultado consolidado da Companhia até a data de 31 de agosto de 2012.

R\$ milhões	2011	2012	Var (%)
Receita Líquida	1.886	2.112	12,0%
Custos e Despesas Operacionais*	-420	-570	35,9%
EBITDA	1.466	1.542	5,2%
Margem EBITDA - %	78%	73%	-4,7 b.p.
Lucro Líquido	845	901	6,7%
Margem Líquida - %	44,8%	42,7%	-2,1 b.p.
Patrimônio Líquido	1.954	1.808	-7,5%
Dívida Líquida	482	519	7,7%

*Depreciation not included

Índices

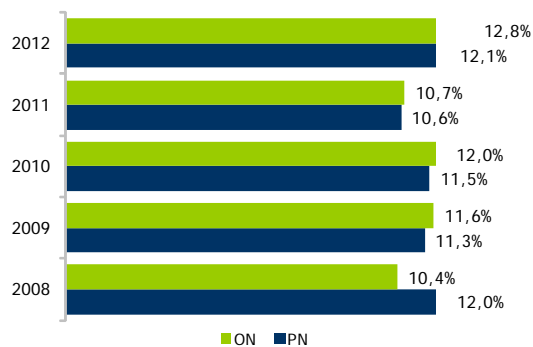
Índices	2011	2012	Var (%)
Lucro Líq** / PL (vezes)	0,4x	0,5x	15,3%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,2x	0,3x	16,3%
Dívida Líquida/ EBITDA** (vezes)	0,3x	0,3x	2,4%
EBITDA/ Desp.Financ. (vezes)	14,6x	20,2x	38,5%

** 12 last months

Destaques Operacionais

Dados Operacionais	2011	2012	Var (%)
Energia Gerada - GWh	13.860,7	14.269,6	3,0%
Preço Contrato Bilateral*** (R\$/MWh)	167,3	178,0	6,4%
Investimentos - R\$ milhões	175,3	138,9	-20,8%
Funcionários	355	364	2,5%

Dividend Yield



Dividend Yield: Preço Médio Ponderado do Período/Lucro por Ação

GETI3: R\$ 18,05 GETI4: R\$ 20,27 (25/02/13)

VALOR DE MERCADO: R\$ 7.290 MM

VALOR DE MERCADO: US\$ 3.725 MM

DESTAQUES DE 2012

Operacionais

- ↑ A geração total em 2012 foi 3,0% superior à registrada em 2011, representando um volume total gerado 126,9% superior à garantia física. Já no 4T12, a geração foi 14,6% inferior ao 4T11, enquanto o volume total gerado no 4T12 foi 120,5% superior à garantia física.
- ↓ A baixa afluência registrada no final de 2012 fez com que a geração no sistema como um todo fosse menor do que a garantia física, resultando na exposição da AES Tietê em 4,4% em relação a sua garantia física nos meses de setembro a dezembro de 2012, acarretando maiores custos com energia. A maior exposição foi registrada em novembro de 9,3% e a menor foi em setembro de 1,7%.
- ↑ Investimentos de R\$ 138,8 milhões no período, destinados principalmente à modernização e manutenção preventiva das usinas.

Financeiros

- ↑ Receita líquida de R\$ 2.112,4 milhões em 2012, o que representa um aumento de 12,0% em relação ao valor apresentado em 2011 devido principalmente aos reajustes do preço do contrato bilateral com a AES Eletropaulo e ao maior volume de energia vendida na CCEE com preços médios elevados em 2012.
- ↓ Aumento de 35,9% nos custos operacionais em 2012, desconsiderando depreciação. Excluindo os custos com compra de energia, os efeitos não recorrentes relativos à venda da PCH Minas e o recebimento de sinistro de Nova Avanhandava acima mencionado, o incremento seria de 15,9% no período.
- ↑ Ebitda 5,2% superior em relação ao de 2011, alcançando R\$ 1.542,4 milhões em 2012 contra R\$ 1.466,4 do ano anterior.
- ↑ Lucro líquido de R\$ 901,3 milhões, resultado 6,7% superior ao obtido em 2011.

Dividendos

- ↑ O montante de proventos proposto pela Administração da Companhia é de R\$ 976,5 milhões, correspondentes a 108,4% do lucro líquido do ano, dos quais R\$ 768,6 milhões já foram antecipados como dividendos intermediários até 9M12. A distribuição de dividendos complementares, correspondentes ao saldo do lucro líquido do exercício de 2012, será deliberada pela AGOE 2013, bem como a data de pagamento dos juros sobre capital próprio ("JSCP") já declarados, no montante de R\$ 26,1 milhões. O montante de dividendos complementares proposto pela Administração da Companhia é de R\$ 181,9 milhões. Dessa forma, a proposta de distribuição de dividendos complementares corresponde à R\$ 0,46 por ação ON e R\$ 0,50 por ação PN.

Reconhecimento

- ↑ Em outubro de 2012, a AES Tietê recebeu o Prêmio "As Melhores Companhias para os Acionistas de 2012" da Revista Capital Aberto, concedido à empresas que reúnem os melhores resultados para os acionistas em termos de criação de valor, desempenho das ações, governança corporativa e sustentabilidade.
- ↑ Em novembro de 2012, AES Tietê foi selecionada por mais um ano para fazer parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, com vigência no período de 07 de janeiro de 2013 a 03 de janeiro de 2014.
- ↑ Em novembro de 2012, a AES Tietê foi reconhecida no Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ 2012. Mais importante premiação de gestão empresarial no Brasil, o PNQ é promovido pela Fundação Nacional da Qualidade desde 1992.
- ↑ Em dezembro de 2012, AES Tietê foi a primeira empresa da América Latina a conquistar a certificação PAS-55 de confiabilidade e manutenção de ativos das empresas da *Society for Maintenance & Reliability Professional*.

Social

- ↑ Segurança: nenhum acidente com colaboradores próprios em 2012. O número de acidentes com contratados caiu 50%, com o registro de cinco acidentes sem afastamento. Desde fevereiro de 2009 não ocorreram acidentes com a população nos reservatórios das usinas.
- ↑ Desenvolvimento e Valorização de Comunidades: investimento social privado de R\$ 12,8 milhões nas áreas de educação, cultura e esporte e capacitação profissional inclusiva, beneficiando cerca de 148,5 mil pessoas.

Ambiental

- ↑ Uso Eficiente dos Recursos Naturais: em 2012 o consumo total de água nas unidades da AES Tietê foi de 57,7 mil m³, volume 56,5% inferior ao ano anterior, superando significativamente a meta estabelecida para o período.

CONTEXTO OPERACIONAL

GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas usinas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. Segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS), apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na região amazônica. As atividades de coordenação e controle da operação de geração de energia são executadas pelo ONS que procura manejar o estoque de energia de forma a garantir a segurança em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja captada e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia gerada no País é alocado para cada geradora do SIN, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Esta alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção de energia. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantia física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “energia secundária”, deve ser alocado proporcionalmente entre os membros.

Da mesma forma, quando a geração de todo MRE for inferior à garantia física, o déficit de geração, denominado GSF, também é rateado proporcionalmente à garantia física dos participantes do MRE. Em função dessa nova alocação mensal da garantia física, é natural que o déficit de geração no MRE resulte em exposições ao PLD. De setembro a dezembro de 2012, devido a menor afluência do período, houve uma exposição média de 4,4% das usinas participantes do MRE.

Os efeitos do MRE, GSF ou energia secundária, são calculados e contabilizados por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A garantia física (ou energia assegurada), calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para cada usina hidrelétrica, é definida como a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

PERFIL

A AES Tietê é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por 12 hidrelétricas, capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW médios.

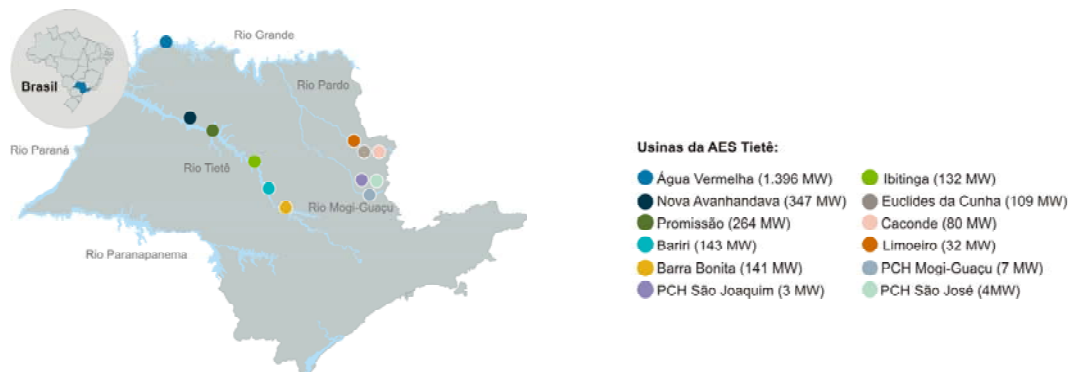
As hidrelétricas apresentadas na figura abaixo integram a AES Tietê (Controladora). O complexo envolve nove usinas hidrelétricas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's).

No Rio Tietê, estão localizadas as usinas de Barra Bonita (Barra Bonita/SP), Bariri (Bariri/SP), Ibatinga (Ibatinga/SP), Promissão (Promissão/SP) e Nova Avanhandava (Buritama/SP), que respondem por aproximadamente 34% do total da energia gerada pela Companhia.

Outras três usinas localizadas no Rio Pardo - Caconde (Caconde/SP), Euclides da Cunha (São José do Rio Pardo/SP) e Limoeiro (Mococa/SP) - somadas às PCHs Mogi-Guaçu, São Joaquim e São José, que estão instaladas no Rio Mogi-Guaçu, totalizam aproximadamente 7% da energia gerada pela Companhia.

No Rio Grande, no município de Ouroeste, divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais, fica a usina de Água Vermelha, a maior hidrelétrica da Companhia, que responde por 59% da energia gerada pela AES Tietê².

² Dados referentes ao total do 4T12



Em 26 de abril de 2012, a Companhia firmou um contrato de venda para a CEI - Companhia Energética Integrada LTDA., de 100% das quotas da AES Minas PCH. Em 31 de Agosto de 2012, após a implementação das condicionantes previstas no contrato e a concessão da anuência da Aneel, a venda foi concluída com o pagamento pela CEI à AES Tietê de R\$ 20,3 milhões.

RESERVATÓRIOS

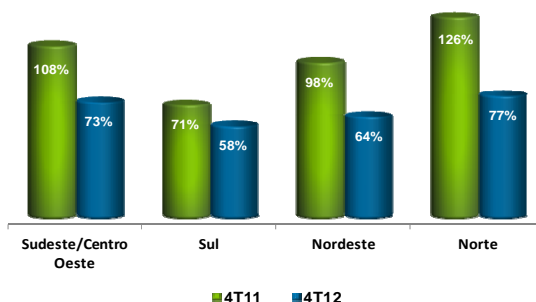
A baixa afluência de 2012 esteve presente também no 4T12 em todos os submercados do Brasil, ao contrário do que era esperado para esse período do ano. As chuvas no fim do ano ficaram abaixo do esperado, sendo que em dezembro, choveu no Sudeste de 100 a 200 milímetros abaixo da média histórica de 200 a 300 milímetros para o mês.

Os volumes de chuva também ficaram abaixo da média histórica no último semestre do ano. Como consequência os reservatórios encerraram o mês de dezembro com um nível de 28,9%, nível semelhante ao patamar de 2000 (28,5%), antes de o Governo Federal ser obrigado a decretar o racionamento em 2001. No entanto, embora os níveis de reservatórios estivessem baixos no final de 2012, as recentes adições de capacidade térmica e linhas de transmissão contribuíram de maneira significativa para aumentar a segurança do sistema atual. Em 2012, entraram em operação 3.548 megawatts (MW) e 2.777 km de linhas de transmissão. Em 2013 deverá entrar em operação em torno de 8.500 MW e 7.800 km de novas linhas.

A expectativa dos meteorologistas de que o fenômeno climático El Niño trouxesse chuvas para as regiões Sul e Sudeste a partir do mês de agosto, não se concretizou e mudanças nas temperaturas atmosféricas ocasionaram o atraso do início do período úmido. Além disso, o resfriamento das águas do Pacífico impediu que frentes frias chegassem à região central do Brasil impossibilitando a formação de chuvas.

Durante o mês de dezembro apenas duas frentes frias se deslocaram até a região Sudeste do país. Este padrão associado a um aquecimento do Atlântico Sul próximo à costa da Argentina, levou a totais de precipitação abaixo da média histórica nas bacias da região Sul. Nas demais bacias do SIN a precipitação variou entre a média e acima da média. Para o trimestre a Energia Natural Afluyente (ENA) verificada foi abaixo da média.

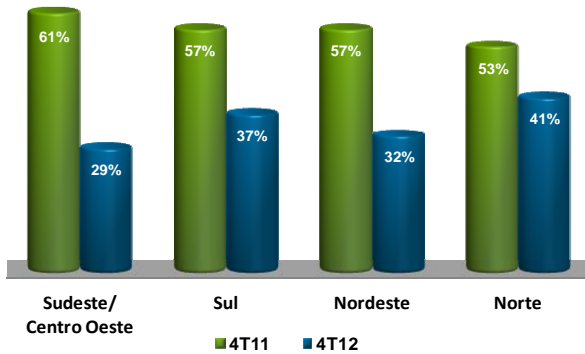
Energia Natural Afluyente
(% da média de longo prazo)



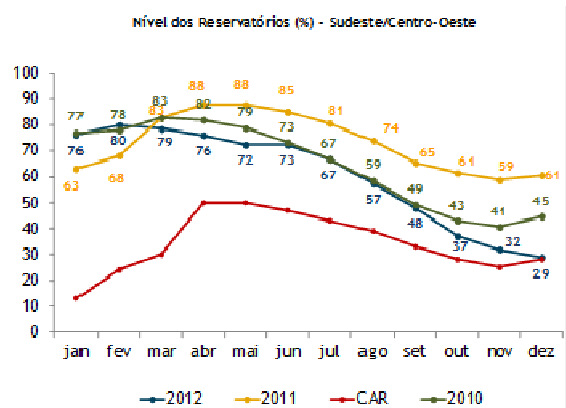
Fonte: ONS (Dezembro/12)

No 4T12, devido às baixas ocorrências de precipitações, os níveis de armazenamento no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, onde estão localizadas as usinas da AES Tietê, ficaram abaixo dos níveis registrados no 4T11, como pode ser observado no gráfico abaixo, à esquerda. Como consequência, os níveis dos reservatórios chegaram muito próximo da Curva de Aversão ao Risco (CAR), calculada pelo ONS, conforme demonstrado no gráfico abaixo, à direita.

Nível dos Reservatórios (%)



Curva de Aversão ao Risco - Submercado SE/CO

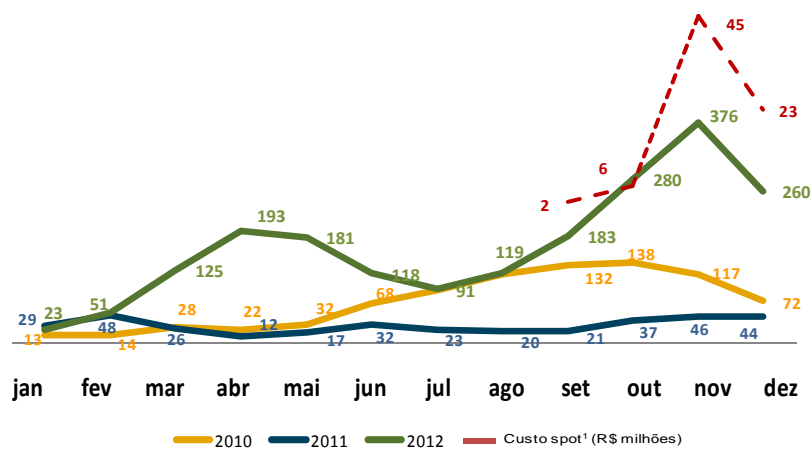


Diante da situação dos níveis dos reservatórios e das afluições registradas em todos os submercados, os preços do mercado spot no submercado Sudeste/Centro-Oeste elevaram-se de maneira significativa em 2012. A média do preço no spot atingiu o valor de R\$ 166,4/MWh em 2012 em comparação ao valor de R\$ 29,6/MWh em 2011. Para recuperar o nível dos reservatórios do sistema, o ONS determinou o despacho de todas as térmicas disponíveis, da ordem de 14 GW médios.

Em dezembro de 2012, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) apresentou forte volatilidade e fechou em R\$ 259,6/MWh. A queda no preço em relação ao mês anterior é explicada no Programa Mensal da Operação (PMO) do Operador Nacional do Sistema Elétrico com base nas previsões de significativo aumento de vazões no Sudeste. Apesar das chuvas, o PLD médio voltou a subir em janeiro e fechou o mês em R\$ 413,95/MWh com expectativa de atingir o preço médio de R\$ 213,48/MWh em fevereiro.

O gráfico abaixo ilustra a variação do PLD mensal:

Evolução Mensal do PLD (R\$/MWh)³ - Submercado SE/CO



1 – Custo total com compra de energia no spot

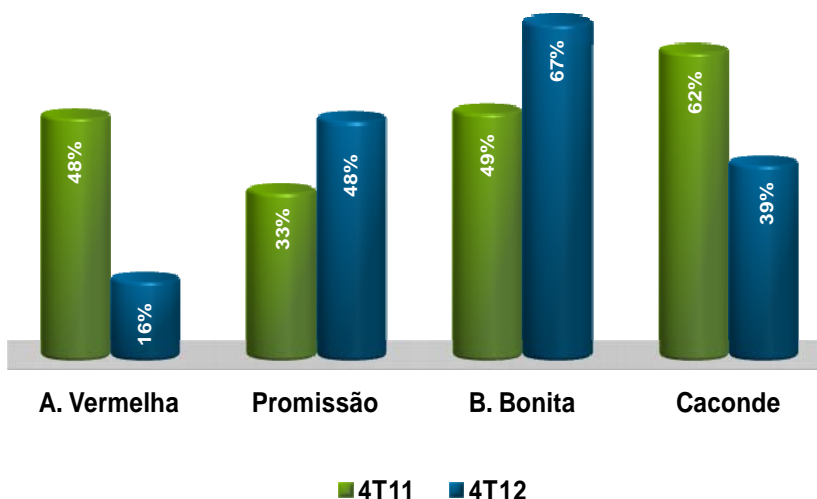
Usinas da AES Tietê

No 4º trimestre de 2012 o nível dos reservatórios das usinas Água Vermelha e Caconde ficou inferior ao verificado no mesmo período de 2011, já Promissão e Barra Bonita o nível dos reservatórios foi superior.

A situação dos reservatórios de Água Vermelha reflete o atraso da chuva do período úmido na região Sudeste. De novembro a março, a expectativa era de que os reservatórios se recuperassem o que não aconteceu nos últimos meses do ano. Além dos fatores climáticos, o despacho dessa usina pelo ONS fez com que o volume do reservatório ficasse reduzido chegando a 16% do seu volume útil.

Em decorrência do maior despacho de Água Vermelha, o ONS adotou como estratégia operacional armazenar a maior quantidade possível de água no reservatório de Barra Bonita, reduzindo a geração no Rio Tietê. Assim, no trimestre, o armazenamento da usina de Barra Bonita ficou em 67% e Promissão 48%, acima inclusive do volume registrado no 4T11.

Nível dos Reservatórios - AES Tietê



FONTES DE RECEITA

AES Eletropaulo

A quantidade de energia contratada por meio do contrato bilateral mantido com a AES Eletropaulo é de 11.108 GWh ao ano. Este é o montante total de energia que deve ser entregue a cada ano até o término de vigência do contrato, em 31/12/2015. O contrato admite sazonalidade, ou seja, o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varia ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia e com a alocação de energia dos seus demais contratos. A sazonalidade é determinada no mês de dezembro para o ano seguinte e registrada na CCEE.

Em 04 de julho de 2012 ocorreu o reajuste anual pelo IGP-M, de 5,14%, quando o preço passou de R\$ 173,68/MWh para R\$ 182,61/MWh.

CCEE (MRE, Spot e Administrativas)

A tarifa aplicada à energia faturada no MRE é ajustada anualmente em janeiro pela Aneel. Em 2011, esta tarifa era de R\$ 8,99/MWh e, em 2012, de R\$ 9,58/MWh. Para 2013, a tarifa aplicada ao MRE foi reajustada em função da variação do IPCA no período de dezembro/11 a novembro/12 e será de R\$ 10,01/MWh. Essa tarifa é determinada de forma a reembolsar os custos adicionais de operação e manutenção das usinas.

Já os preços da energia faturada no mercado *spot* variam de acordo com condições mercadológicas de oferta e demanda de energia. Com a contínua falta de chuvas e a redução nos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, o preço médio no spot neste 4º trimestre foi de R\$ 305,17/MWh versus R\$ 42,39/MWh no 4T11, também influenciados pelo despacho de térmicas a gás, o que aumenta o custo marginal das operações. No ano de 2012, o preço *spot* médio no Sudeste/Centro-Oeste foi de R\$ 166,64/MWh ante R\$ 29,55/MWh em 2011.

Na linha de receitas com a CCEE, também são consideradas as receitas administrativas, que se referem, principalmente, ao rateio de receitas auferidas devido aos pagamentos de principal, correção monetária, multa e juros, efetuados por agentes inadimplentes com a CCEE.

Outros Contratos Bilaterais

Em 2011, a Companhia definiu a estratégia de comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, quando vence o contrato bilateral com a AES Eletropaulo. O objetivo é acelerar o movimento para o aumento da base de clientes e ao mesmo tempo buscar obter margens na comercialização, posicionando a AES Tietê como importante agente no mercado livre, com participação representativa até 2016. Diante dessas iniciativas, o portfólio dos contratos bilaterais no mercado livre teve crescimento expressivo, sendo o portfólio atual da Companhia de 320 MW.

A intenção da Companhia é seguir essa estratégia, de tal forma que o contrato com a AES Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes a partir de 2016.

DESEMPENHO OPERACIONAL

ENERGIA GERADA

Com condições hidrológicas menos favoráveis, o volume total de energia gerada no 4T12 pelas usinas da AES Tietê foi 14,6% inferior ao do 4T11. Essa variação no trimestre é consequência da redução do nível dos reservatórios das usinas devido às baixas aflúncias, anteriormente comentada, o que ocasionou um volume menor de geração. Como pode ser observado no quadro abaixo, todas as usinas da Companhia geraram energia no 4T12 abaixo do volume gerado no mesmo período do ano passado.

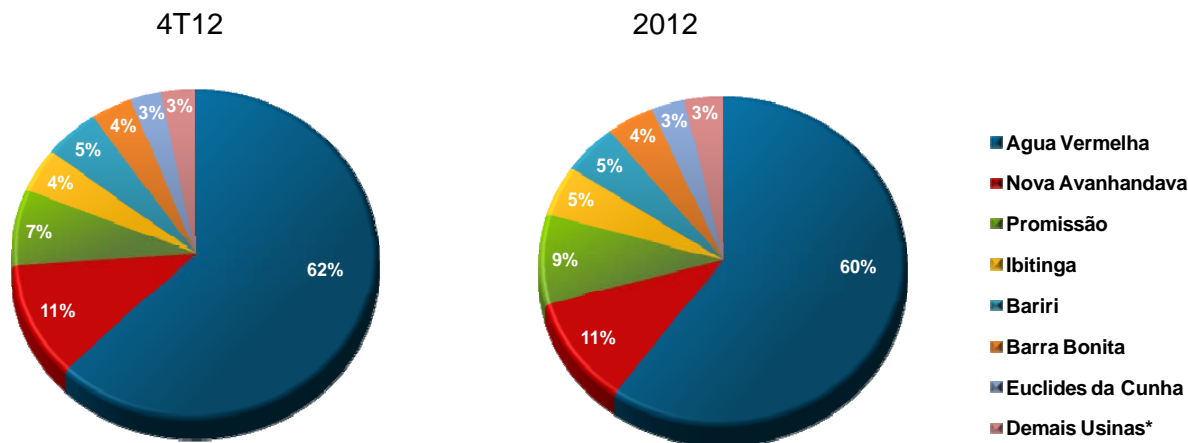
No acumulado do ano, foi registrado um aumento de 3,0% no volume de energia gerada em comparação ao ano anterior. Essa variação pode ser explicada pelo alto despacho pelo ONS, nos últimos 4 meses do ano, da usina de Água Vermelha, e pelo menor volume gerado pela usina de Nova Avanhandava em 2011 que teve duas das três máquinas da usina paradas para manutenção até o mês de junho daquele ano.

Na tabela abaixo está demonstrada a geração de energia das usinas da AES Tietê no 4T12 e no acumulado do ano.

Geração (Usinas) - GWh	4T11	4T12	Variação (%) 4T12 x 4T11	2011	2012	Variação (%) 2012 x 2011
Energia Gerada Bruta	3.701,5	3.160,2	-14,6%	13.860,7	14.269,6	3,0%
Água Vermelha (Sen. José Ermírio de Moraes)	2.112,6	1.971,3	-6,7%	8.013,2	8.557,5	6,8%
Bariri (Álvaro de Souza Lima)	209,7	157,0	-25,1%	778,3	705,0	-9,4%
Barra Bonita	164,8	116,7	-29,2%	698,4	611,8	-12,4%
Caconde	73,2	63,8	-12,8%	349,4	330,4	-5,4%
Euclides da Cunha	107,4	85,2	-20,7%	490,7	424,7	-13,4%
Ibitinga	222,4	136,7	-38,5%	778,8	712,4	-8,5%
Limoeiro (Armando Salles de Oliveira)	30,5	25,5	-16,5%	136,9	101,1	-26,1%
Nova Avanhandava	404,7	361,7	-10,6%	1.127,9	1.528,8	35,5%
Promissão (Mário Lopes Leão)	362,4	235,5	-35,0%	1.429,1	1.245,7	-12,8%
Mogi / S. Joaquim / S. José	7,5	6,9	-8,9%	29,3	33,9	15,8%
PCH Minas	6,2	-	-100,0%	28,7	18,2	-36,8%

O gráfico abaixo demonstra a representatividade da geração de energia bruta de cada usina:

Energia Gerada (%)



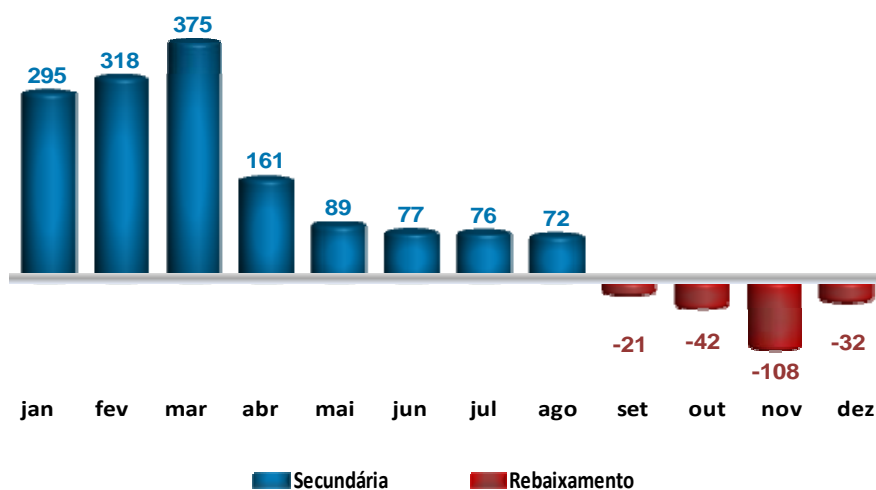
A geração total das usinas da Companhia no 4T12 foi de 120,5% da garantia física (117,7% da garantia física do 4T11). No ano de 2012 a Companhia gerou 126,9% da garantia física contra 124% em 2011.

REBAIXAMENTO MENSAL DA GARANTIA FÍSICA

As usinas da AES Tietê fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que visa compartilhar o risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas que o integram ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O SIN é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País.

Devido às condições hidrológicas desfavoráveis no Brasil, a soma da energia gerada pelas usinas pertencentes ao SIN foi menor do que a garantia física do sistema. Diante disso, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estabeleceu a partir de setembro, o rebaixamento mensal das garantias físicas das usinas hidrelétricas participantes do MRE, gerando para a AES Tietê e para as demais uma exposição ao mercado spot. A exposição da AES Tietê foi de 4,4% em relação a sua garantia física de setembro a dezembro de 2012 e de 5,2% no 4T12, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Alocação da garantia física (MWm)



No 4T12, a geração total da Companhia foi de 3.160 GWh, representando um volume total gerado 20,5% superior à sua garantia física. Apesar da geração da AES Tietê ter sido acima da garantia física no trimestre, parte desse volume gerado foi vendido ao MRE. Para atender os contratos já firmados, a Companhia precisou comprar energia no mercado spot, o que impactou negativamente os custos com compra de energia devido ao elevado preço praticado no mercado spot no último trimestre, vide “Desempenho Econômico-Financeiro”.

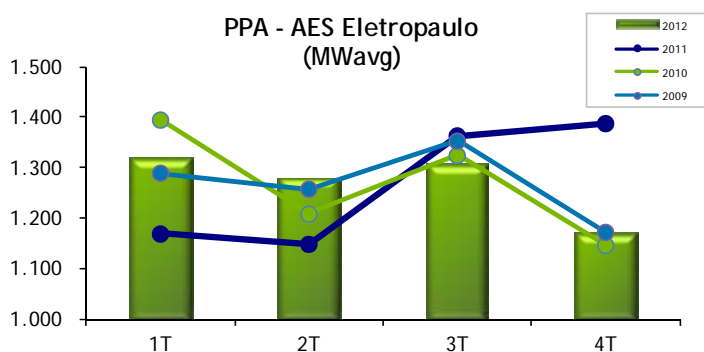
ENERGIA FATURADA

A energia faturada apresentou decréscimo de 7,7% no 4T12 quando comparada à do 4T11. Já no acumulado do ano, o acréscimo foi de 10,6% na comparação com ano anterior. O maior volume em 2012 é justificado pelo aumento do volume de vendas na CCEE, enquanto o decréscimo no trimestre é justificado pela sazonalidade do contrato bilateral com a AES Eletropaulo. Os detalhes serão explicados a seguir:

Energia Faturada (Consolidado) - GWh	4T11	4T12	Variação (%)		Variação (%)	
			4T12 x 4T11	2011	2012	2012 x 2011
Energia Faturada	4.005,8	3.695,8	-7,7%	15.127,9	16.727,9	10,6%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	3.063,2	2.579,2	-15,8%	11.107,7	11.138,1	0,3%
CCEE	735,2	922,2	25,4%	3.466,3	4.974,6	43,5%
<i>Spot</i>	331,9	57,9	-82,6%	1.524,1	1.140,5	-25,2%
<i>MRE</i>	403,3	864,4	114,3%	1.942,2	3.834,1	97,4%
Outros Contratos Bilaterais	207,4	194,4	-6,3%	553,9	615,1	11,1%

A quantidade de energia faturada para a AES Eletropaulo em 2012 totalizou 11.138,1 GWh, um aumento de 0,3% em relação ao ano de 2011. Essa variação é justificada pelo fato de 2012 ser um ano bissexto, o que aumenta a quantidade de energia vendida a partir do contrato.

No 4T12, verificou-se uma redução de 15,8% do volume de energia do contrato bilateral com a AES Eletropaulo devido à alteração na sazonalidade deste contrato. Em 2012, a sazonalidade do contrato bilateral com a AES Eletropaulo foi equilibrada entre os trimestres, seguindo um perfil semelhante ao verificado na carga da distribuidora.



O volume de energia faturada por meio da CCEE no 4T12 aumentou de 25,1% se comparado ao 4T11, devido à elevação do volume de energia vendida pelo MRE (112,3%) em contrapartida ao menor volume de energia secundária liquidada no mercado spot (-82,5%). Já no ano de 2012, o volume faturado por meio do CCEE cresceu 43,5% se comparado a 2011. Isso ocorreu devido às más condições hidrológicas no ano, que fez com que a geração no Sistema Integrado Nacional (SIN) fosse menor do que a garantia física total, aumentando as vendas da AES Tietê no MRE.

Já o volume de vendas em contratos bilaterais superou em 11,2% o volume registrado em 2011, reflexo da busca por novas oportunidades de mercado.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA BRUTA

No 4T12, a receita operacional bruta da AES Tietê alcançou R\$ 521,0 milhões, uma redução de R\$ 49,1 milhões quando comparado ao registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 570,1 milhões). Esse decréscimo é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) menor volume de energia faturada por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo (2.579,2 GWh no 4T12 ante 3.063,2 GWh no 4T11) devido a alteração da sazonalidade;
- (ii) reajuste de 5,14% no preço desse contrato com a AES Eletropaulo, que passou a vigorar em 04/07/2012;
- (iii) maior volume de energia vendida ao MRE (864,4 GWh no 4T12 ante 403,3 GWh no 4T11); e
- (iv) pela redução da energia secundária liquidada no mercado spot (-82,5%) combinado a um preço elevado no spot médio na região Sudeste de R\$ 305,2/ MWh no 4T12. A baixa afluência registrada no 4T12 fez com que a geração no sistema integrado nacional (SIN), como um todo, fosse menor do que a garantia física, resultando no aumento nas vendas da AES Tietê no MRE nesse trimestre conforme explicado acima.

Em 2012, foi verificada uma elevação de R\$ 245,0 milhões na receita operacional bruta, quando comparada àquela auferida no ano anterior, passando de R\$ 1.983,8 milhões para R\$ 2.228,8 milhões. Esse resultado é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) elevação de 6,4% no preço médio da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, que passou de R\$ 167,29/MWh em 2011 para R\$ 178,01/MWh em 2012. Este aumento é reflexo dos reajustes ocorridos em julho de 2011 (8,65%) e julho de 2012 (5,14%);
- (ii) acréscimo do preço spot verificado no período, a despeito do menor volume de energia faturada neste mercado (1.141 GWh em 2012 ante 1.523 GWh em 2011), favorecendo a receita em R\$ 79,1 milhões;
- (iii) aumento de R\$ 19,6 milhões na receita auferida no MRE, principalmente devido ao maior volume de energia vendida (3.834,1 GWh em 2012 ante 1.942,2 GWh em 2011); e
- (iv) elevação de 11,2% no volume de energia vendida por intermédio de outros contratos bilaterais (615,1 GWh em 2012 ante 553,3 GWh em 2011).

DEDUÇÕES DA RECEITA

PIS e COFINS são impostos que incidem sobre a receita da AES Tietê. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo). Para as demais fontes de receita da Companhia, a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê registrou R\$ 26,9 milhões em deduções de receita no 4T12 ante R\$ 28,3 milhões no mesmo período de 2011, uma redução de 4,8%, menor que a variação verificada na receita bruta. Esse desempenho é explicado pela maior participação da receita proveniente do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, cuja alíquota é de 3,65% e representou 90,4% da receita bruta total da Companhia no trimestre.

Em 2012, as deduções alcançaram R\$ 116,3 milhões, ante R\$ 97,8 milhões registrados em 2011, um crescimento de 18,9%. Esse desempenho é explicado pela maior receita proveniente dos outros contratos bilaterais, cuja alíquota é de 9,25% e representou 11,1% da receita bruta total da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida da AES Tietê totalizou R\$ 494,0 milhões no 4T12, montante 8,8%, ou R\$ 47,8 milhões inferior ao registrado no 4T11 (R\$ 541,8 milhões). Esse desempenho reflete o menor volume de energia vendida para a AES Eletropaulo combinado com o reajuste no preço, ocorrido no mês de julho, parcialmente compensado pelo maior volume de energia vendida ao MRE (112,3%).

Já em 2012, a receita líquida totalizou R\$ 2.112,4 milhões, um aumento de 12,0% em relação a 2011. Essa elevação ocorreu, principalmente, devido aos reajustes do preço da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, ocorridos em julho de 2011 e julho de 2012, maior volume de energia vendida na CCEE com preços médios elevados em 2012 e elevação no volume de energia vendida através dos outros contratos bilaterais conforme mencionado anteriormente.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ mil	4T11	4T12	Var (%) 4T12 X 4T11	2011	2012	Var (%) 2012 X 2011
Pessoal	19.294	19.641	1,8%	71.274	78.046	9,5%
Material e Serviços de Terceiros	23.090	25.423	10,1%	74.872	91.199	21,8%
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	17.021	14.661	-13,9%	63.676	68.354	7,3%
Energia Comprada para Revenda	20.433	100.990	394,2%	83.114	196.591	136,5%
Transmissão e Conexão	26.298	27.307	3,8%	98.428	107.303	9,0%
Provisões Operacionais	(180)	473	-	7	1.810	-
Outras despesas (receitas) operacionais	17.152	13.397	-21,9%	28.169	26.688	-5,3%
Total de Custos e Despesas Operacionais	123.108	201.892	64,0%	419.540	569.991	35,9%

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 201,9 milhões no 4T12, em comparação a R\$ 123,1 milhões no 4T11. Excluindo os custos com compra de energia e o efeito não recorrente do recebimento de indenização de seguro relativo a sinistro ocorrido na usina de Nova Avanhandava no ano de 2010, haveria um incremento de 3,4% nos custos e despesas operacionais.

Na comparação entre 2012 e 2011, os custos e despesas operacionais registraram aumento de 35,9%. Excluindo os custos com compra de energia e os efeitos não recorrentes relativos à venda da PCH Minas e ao recebimento de sinistro de Nova Avanhandava acima mencionado, o incremento seria de 15,5% no período.

As principais causas das variações das contas de custos e despesas operacionais estão detalhadas a seguir:

Pessoal

As despesas com pessoal somaram R\$ 19,6 milhões no 4T12, uma elevação de 1,8% em relação ao 4T11, devido principalmente ao acordo coletivo de 6,5%, válido a partir de junho/2012.

Em 2012 os custos com pessoal totalizaram R\$ 78,0 milhões, um aumento de 9,5% em relação a 2011, também explicado pelo acordo coletivo mencionado anteriormente, além de maiores encargos relacionados à reestruturação do quadro funcional.

Material e serviços de terceiros

No 4T12, as despesas com material e serviços de terceiros atingiram R\$ 25,4 milhões, um aumento de 10,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, devido aos seguintes fatores:

- (i) Aumento das despesas com honorários advocatícios e consultoria para análise de viabilidade de projetos (R\$ 3,3 milhões);

- (ii) Custos maiores com o desenvolvimento dos projetos de expansão (Termo-SP e Termo Araraquara) (R\$ 1,8 milhão), relacionados a honorários advocatícios e consultoria em meio ambiente;
- (iii) Gastos mais elevados com materiais para manutenção e conservação das usinas de Barra Bonita, Bariri, Promissão e São Joaquim, além de despesas com manutenções prediais (R\$ 1,7 milhão);

Esse aumento foi parcialmente compensado por:

- (iv) Menores despesas com consultoria e auditoria (R\$ 1,5 milhão);
- (v) Redução nos gastos com materiais (R\$ 1,0 milhão);
- (vi) Menores custos com segurança e vigilância (R\$ 0,7 milhão).

Na comparação entre 2012 e 2011, verificou-se um aumento de 21,8% nas despesas com material e serviços de terceiros, devido aos seguintes eventos:

- (i) manutenção bianual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava (R\$ 9,2 milhões);
- (ii) gastos maiores com consultoria para análises de viabilidade de projetos de expansão dos negócios da Companhia (R\$ 4,0 milhões); e
- (iii) maiores despesas com honorários advocatícios (R\$ 5,9 milhões);

Esse aumento foi parcialmente compensado por:

- (iv) gastos menores com consultoria, conforme mencionado acima (R\$ 3,9 milhões).

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

As despesas com a CFURH no 4T12 apresentaram redução de 13,9% em relação ao 4T11, influenciadas pelo: (i) menor volume de energia gerada no período (3.160,2 GWh no 4T12 ante 3.701,5 GWh no 4T11); parcialmente compensada pelo (ii) reajuste de 6,6% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que foi fixada em R\$ 72,87/MWh a partir de janeiro de 2012.

Em 2012 os custos com a CFURH totalizaram de R\$ 68,4 milhões, um aumento de 7,3%, o que pode ser explicado pelo maior volume de energia gerada em 3,0% (14.269,6 GWh em 2012 ante 13.860,7 GWh em 2011) e pelo reajuste na TAR em 6,6%.

Em dezembro de 2012, a ANEEL autorizou o reajuste de 3,5% para a TAR de 2013, que foi fixada em R\$ 75,45/MWh com vigência a partir de janeiro de 2013.

Energia Comprada para Revenda

Os custos com energia comprada para revenda elevaram-se em 394,2%, atingindo o montante de R\$ 101,0 milhões no 4T12 ante R\$ 20,4 milhões no 4T11. Esse resultado foi influenciado pelo maior volume de energia comprada (674 GWh no 4T12 ante 379 GWh no 4T11) em função da estratégia da Companhia de formação de uma carteira de clientes e da exposição gerada pelo rebaixamento mensal da garantia física, que foi de 5,2% ou 133 GWh no trimestre. Além disso, o aumento no preço médio negociado no mercado spot na região Sudeste/Centro Oeste (R\$ 305,17/MWh no 4T12 ante R\$ 42,39/MWh no 4T11), dado o maior despacho de térmica em razão do baixo volume de chuvas, também contribuiu para este resultado.

Na comparação entre 2012 e 2011, os gastos com energia comprada para revenda registraram aumento de 136,5%, devido aos maiores preços verificados no mercado *spot* (R\$ 166,64/MWh em 2012 comparado a R\$ 29,55/MWh em 2011), além do maior volume de energia comprada (2.945 GWh em 2012 ante 1.581 GWh em 2011).

Transmissão e Conexão

Os custos com transmissão e conexão totalizaram R\$ 27,3 milhões no 4T12, um aumento de 3,8% (R\$ 1,0 milhão) em comparação ao 4T11. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores:

- (i) reajuste de 9,1% na TUSD-g⁴ das usinas da Companhia, cujas tarifas são reajustadas entre os meses de fevereiro e agosto, de acordo com o reajuste tarifário das distribuidoras que atendem à área de concessão onde elas estão localizadas (R\$ 0,7 milhão);
- (ii) reajuste de 1,8%, definido pela Aneel, na TUST-rb da usina de Água Vermelha em julho/2012 (R\$ 0,3 milhão).

Em 2012, os custos com transmissão e conexão cresceram 9,0%, totalizando R\$ 107,3 milhões ante R\$ 98,4 milhões em 2011. Esse aumento reflete os reajustes tarifários das distribuidoras, conforme mencionado acima.

Provisões Operacionais e Outras Receitas / Despesas

No 4T12, as provisões operacionais e outras despesas apresentaram redução de 18,3% (R\$ 3,1 milhões) se comparadas ao 4T11. Essa variação é explicada principalmente pelo efeito não recorrente do recebimento de indenização de seguro relativo a sinistro ocorrido na Usina de Nova Avanhandava no ano de 2010, no valor de R\$ 5,2 milhões, parcialmente compensados por maiores despesas com projetos de responsabilidade social e seguros.

Em 2012, os gastos com provisões operacionais e outras despesas aumentaram 1,1% (R\$ 0,3 milhão) na comparação com 2011. Esse desempenho é resultado dos seguintes eventos:

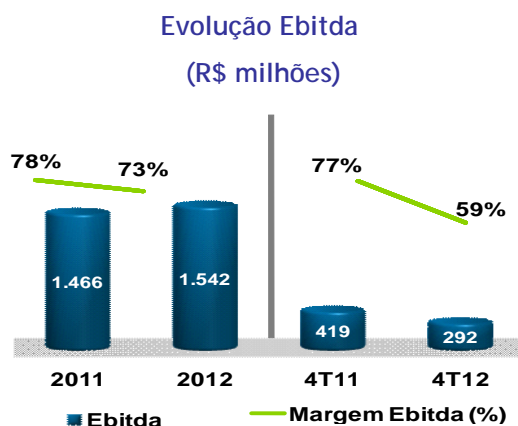
- (i) reajuste nos valores de seguros (R\$ 1,8 milhão);
- (ii) recebimento, em 2011, de R\$ 4,5 milhões, referente ao recálculo da Aneel para o repasse das perdas de energia livre;
- (iii) maior volume de reversões trabalhistas ocorridas em 2011 (R\$ 1,5 milhão);

parcialmente compensados por:

- (iv) venda da PCH Minas em agosto de 2012, com efeito positivo de R\$ 10,0 milhões no EBITDA;
- (v) recebimento de indenização de seguro relativo a sinistro na usina de Nova Avanhandava, com efeito positivo de R\$ 5,2 milhões.

EBITDA

No 4T12, o Ebitda da AES Tietê foi inferior em 30,2% se comparado ao 4T11, alcançando R\$ 292,1 milhões, com margem de 59,1%. Tal desempenho é explicado, principalmente, pelo maior custo com energia comprada para revenda no 4T12 em relação ao 4T11. Excluindo o efeito da exposição da AES Tietê no mercado spot, o Ebitda teria totalizado R\$ 336,3 milhões com margem de 68,1% no 4T12.



A AES Tietê registrou Ebitda de R\$ 1.542,4 milhões em 2012, com margem de 73,0%, apresentando um aumento de 5,2% no valor em relação ao verificado em 2011 (R\$ 1.466,4 milhões). O desempenho é explicado, principalmente, pelo reajuste anual do preço de energia vendida via contrato bilateral com a AES Eletropaulo, maiores preços praticados no mercado spot e pelo aumento no volume de energia vendida no MRE. Tal resultado foi parcialmente compensado pela elevação nos custos e despesas com energia comprada para revenda e serviços de terceiros mencionados anteriormente.

RESULTADO FINANCEIRO

No 4T12, a Companhia registrou resultado financeiro negativo de R\$ 4,0 milhões, comparado a um resultado também negativo de R\$ 4,3 milhões no 4T11. Essa variação foi influenciada principalmente pela queda no CDI que corrige a única dívida da companhia e o seu caixa.

Em 2012, a Companhia registrou resultado financeiro negativo de R\$ 42,3 milhões, comparado a um resultado negativo de R\$ 46,6 milhões no ano anterior. Contribuiu para esse desempenho a redução de 36,9% (R\$ 19,9 milhões) da receita financeira em relação ao ano anterior, em decorrência do menor saldo de disponibilidade ao final de 2012 (R\$ 396,9 milhões), montante 10,2% inferior em relação à posição final de 2011; e o decréscimo de R\$ 24,2 milhões na despesa financeira devido à redução nos encargos financeiros da dívida da Companhia e menor despesa com variações monetárias e cambiais.

R\$ mil	4T11	4T12	Var (%) 4T12 X 4T11	2011	2012	Var (%) 2012 X 2011
Receitas Financeiras	12.375	7.553	-39,0%	53.980	34.075	-36,9%
Despesas Financeiras	(16.710)	(11.543)	-30,9%	(100.562)	(76.377)	-24,0%
Despesas Financeiras	(21.954)	(15.335)	-30,1%	(95.512)	(75.885)	-20,5%
Variações Monetárias	5.244	3.792	-27,7%	(5.050)	(492)	-90,3%
Resultado Financeiro	(4.335)	(3.990)	-8,0%	(46.582)	(42.302)	-9,2%

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2012, as disponibilidades e investimentos da AES Tietê somavam R\$ 396,9 milhões ante R\$ 441,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tais disponibilidades representam operações de curto prazo, com rentabilidade média em torno de 101,9% do CDI no 4T12, comparadas à rentabilidade média de 102,5% do CDI no 4T11. No acumulado de 2012, a rentabilidade média foi de 102,0% do CDI (102,5% do CDI em 2011).

No 4T12, as receitas financeiras apresentaram um decréscimo de 39,0% (R\$ 4,8 milhões) em relação ao 4T11, devido à redução do CDI médio (7,1% a.a. no 4T12 comparado a 11,4% a.a. no 4T11). O saldo médio das aplicações permaneceu praticamente estável (R\$ 432,2 milhões no 4T12 versus R\$ 434,9 milhões no 4T11).

Em 2012, as receitas financeiras apresentaram uma redução de 36,9% se comparadas ao ano anterior. Essa variação foi influenciada, principalmente, pelo menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 385,5 milhões em 2012 ante R\$ 435,9 milhões em 2011) e pela redução do CDI médio (8,4% a.a. em 2012 comparado a 11,7% a.a. em 2011).

Despesas Financeiras e Variações Monetárias

As despesas financeiras e variações monetárias somaram R\$ 11,5 milhões no 4T12, montante R\$ 5,2 milhões inferior ao registrado no 4T11. Essa variação ocorreu em função dos seguintes fatores:

- (i) decréscimo de R\$ 9,0 milhões nos encargos financeiros ocasionado pela redução do CDI médio (7,1% a.a. no 4T12 comparado a 11,4% a.a. no 4T11) sobre a única dívida da Companhia, uma emissão de debêntures corrigida por CDI +1,2% a.a.;

- (ii) redução da capitalização de juros, devido aos menores desembolsos com investimentos registrados no 4T12 (R\$ 2,7 milhões).

Em 2012, as despesas financeiras e variações monetárias somaram R\$ 76,4 milhões, montante inferior em R\$ 24,1 milhões ao registrado em 2011. Essa redução foi influenciada pelo:

- (i) impacto positivo de R\$ 27,5 milhões nos encargos financeiros da dívida da Companhia, em função da redução do CDI médio do período;
- (ii) registro em 2011 da correção monetária (R\$ 4,3 milhões) referente à liquidação do passivo da TUSD-g, conforme acordo realizado em jan/2009 entre geradoras, distribuidoras e a Aneel. Para mais detalhes, vide quadro abaixo.

Em 2004, a Aneel estabeleceu que os geradores conectados às Demais Instalações de Transmissão (DITs) deveriam remunerar as transmissoras por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD-g).

Entretanto, a metodologia de cálculo gerou questionamentos entre os agentes do setor e, entre 2004 e 2007, essas tarifas não foram publicadas pela Aneel. Assim, a Companhia provisionou o valor em discussão, que chegou a R\$ 190,1 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Em janeiro de 2009, foi realizado um acordo entre geradoras (incluindo a AES Tietê), Aneel e distribuidoras, que determinou o pagamento de R\$ 177,3 milhões, em 36 parcelas mensais, referente ao período de 2004 a 2008 (efeito caixa). No 1T09, foi realizada reversão de R\$ 12,7 milhões, diferença entre o valor provisionado e o efetivamente devido.

Entre jan/2009 e dez/2011, foram contabilizados no resultado financeiro apenas os valores referentes à correção monetária das 36 parcelas. Em 2011, esse valor totalizou R\$ 4,3 milhões.

LUCRO LÍQUIDO

No 4T12, o lucro líquido da AES Tietê totalizou R\$ 181,5 milhões, 30,9% abaixo do verificado no 4T11. Contribuíram para tal desempenho os seguintes fatores: (i) a combinação entre o reajuste no preço do contrato bilateral com a AES Eletropaulo e o menor volume de energia faturada (11,4%); (ii) aumento nos custos e despesas operacionais, resultante do maior volume e, principalmente, do maior preço praticado no mercado *spot*, o que elevou os gastos com energia comprada para revenda; e (iii) ligeira melhora do resultado financeiro.

O lucro líquido auferido pela AES Tietê em 2012 foi de R\$ 901,3 milhões, resultado 6,7% superior ao obtido em 2011. Esse resultado foi influenciado pelo reajuste no preço da energia vendida à AES Eletropaulo e melhor desempenho do resultado financeiro. Em contrapartida, a elevação de R\$ 149,0 milhões nos custos e despesas operacionais compensou parcialmente os efeitos positivos citados acima.

PROVENTOS

A Administração da AES Tietê propõe a distribuição integral da base para pagamento de dividendos (R\$ 976,5 milhões) no ano de 2012, correspondentes a 108,4% do lucro líquido do ano. Essa destinação será submetida à aprovação da Assembleia Geral, a ser realizada até o dia 4 de abril de 2013, quando ocorrerão: (i) a ratificação dos juros sobre o capital próprio deliberados na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2012, além da definição da efetiva data para pagamento; (ii) aprovação da proposta de dividendos complementares, referentes ao 4T12; e (iii) ratificação dos dividendos intermediários, referentes ao 1T12, 2T12 e 3T12, pagos em 25 de maio de 2012, 27 de agosto de 2012 e 27 de novembro de 2012, respectivamente, no montante de R\$ 768,6 milhões.

O montante de dividendos complementares propostos pela Administração da Companhia é de R\$ 181,9 milhões, sendo R\$ 0,46 por ação ON e R\$ 0,50 por ação PN.

Dividendos 2012 (R\$ milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2012	901,3
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	74,8
Dividendos e JSCP prescritos	0,4
Constituição de Reserva Legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	976,5
Dividendos Intermediários já distribuídos	768,6
Juros sobre Capital Próprio já destinados - 31/12/2012	26,1
Dividendos Complementares Propostos	181,9

Considerando o preço médio ponderado das ações ordinárias (R\$ 21,60) e preferenciais (R\$ 24,03) em 2012, o *dividend yield* do ano foi de 12,8% e de 12,1%, respectivamente.

ENDIVIDAMENTO

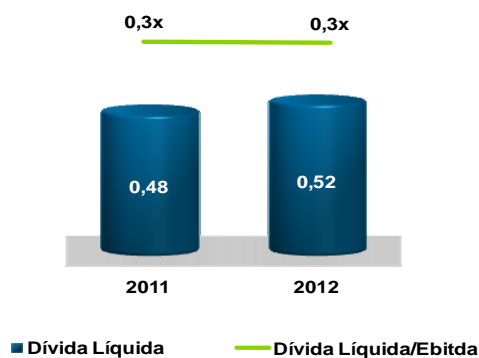
em R\$ milhões		
Montante	Vencimento	Custo Nominal
916,1	04/2015	CDI + 1.20% a.a.

Em 31 de dezembro de 2012, a dívida bruta da AES Tietê totalizava R\$ 916,1 milhões, representada pela única emissão de debêntures, ao custo de CDI +1,2% a.a. e com vencimento final em 2015. Esse valor é 0,9% inferior se comparado à posição de 31 de dezembro de 2011 (R\$ 924,2 milhões), em função da redução do saldo de juros a pagar.

Em 2012, as disponibilidades somavam R\$ 396,9 milhões, montante R\$ 45,0 milhões inferior ao saldo registrado ao final de 2011 (R\$ 441,9 milhões). Assim, a dívida líquida ao final de 2012 era de R\$ 519,2 milhões, montante 7,7% superior em relação à posição final de 2011, basicamente em razão do menor saldo médio de disponibilidades. Em 31 de dezembro de 2012, a relação "dívida líquida/Ebitda", considerando o Ebitda dos últimos 12 meses, era de 0,3x, o mesmo valor registrado em 31 de dezembro de 2011.

Os covenants das debêntures determinam que a Dívida Financeira dividida pelo Ebitda não pode ser igual ou superior a 2,5 e o índice obtido da divisão entre Ebitda pelas Despesas Financeiras não poderá ser igual ou inferior a 1,75. No 4T12, o índice Dívida Financeira/Ebitda estava em 0,60, ante 0,63 no 4T11, e o índice Ebitda pelas Despesas Financeiras estava em 16,3x, contra 13,1x no 4T11.

Dívida Líquida (R\$ bilhões)



INVESTIMENTOS

No 4T12, os investimentos totalizaram R\$ 66,4 milhões. Desse total, a Companhia investiu:

- (i) R\$ 60,9 milhões na modernização das usinas, principalmente Euclides da Cunha, Limoeiro, Água Vermelha e Ibitinga;
- (ii) R\$ 5,4 milhões em TI, visando à otimização dos processos.

Em 2012, a AES Tietê investiu R\$ 138,8 milhões, apresentando uma redução de 20% (ou R\$ 35 milhões) no total previsto para o ano. A alteração se deu por conta da postergação para 2013, do início dos investimentos na atualização e revisão do sistema de gestão empresarial da Companhia, programado originalmente para 2012.

Os investimentos se dividem da seguinte forma:

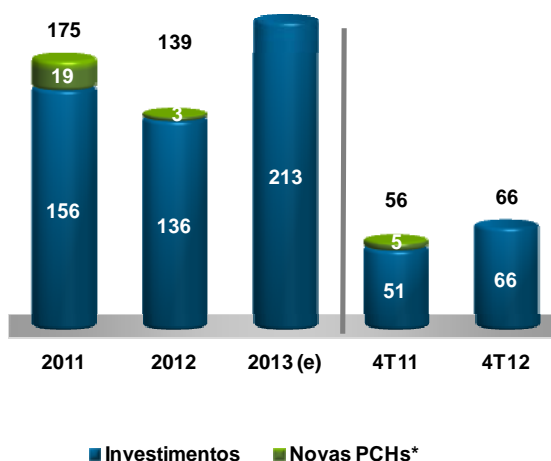
- (i) R\$ 123,1 milhões na modernização e equipamentos das usinas, principalmente Nova Avanhandava, Ibitinga, Euclides da Cunha e Limoeiro.
- (ii) R\$ 11,6 milhões em melhorias de TI; e
- (iii) R\$ 4,1 milhões do projeto Jaguari Mirim (PCH São José), que entrou em operação em março.

Os investimentos do ano foram destinados principalmente à modernização e manutenção preventiva das usinas mencionadas acima, visando à melhoria das condições operacionais e assegurando a disponibilidade de geração de energia com segurança e eficiência.

Ao longo de 2013 a Companhia dará continuidade ao programa de modernização das suas unidades geradoras. Para isso planeja investir um total de R\$ 213,2 milhões.

Histórico de Investimentos

(R\$ milhões)



FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

R\$ Milhões	1T11	2T11	3T11	4T11	1T12	2T12	3T12	4T12	2011	2012
SALDO DE CAIXA INICIAL	565,1	499,4	285,9	387,3	441,9	413,4	273,5	392,4	565,1	441,9
Geração Operacional de Caixa	298,8	296,6	350,9	404,0	382,0	466,5	435,1	359,0	1.350,3	1.642,7
Investimentos	(34,8)	(29,4)	(39,6)	(51,1)	(17,6)	(17,4)	(28,3)	(63,5)	(155,0)	(126,8)
Despesas Financeiras Líquidas	(10,5)	(22,6)	(13,5)	(25,9)	(13,2)	(25,3)	(11,2)	(19,2)	(72,4)	(68,9)
Imposto de Renda	(315,0)	(15,8)	(17,0)	(19,9)	(375,5)	(21,1)	(21,7)	(18,3)	(367,6)	(436,6)
Caixa Livre	(61,5)	228,9	280,8	307,2	(24,3)	402,8	373,8	258,1	755,4	1.010,4
Dividendos e JSCP	(4,2)	(442,4)	(179,3)	(252,7)	(4,2)	(542,6)	(250,6)	(253,6)	(878,6)	(1.051,0)
SALDO DE CAIXA CONSOLIDADO	499,4	285,9	387,3	441,9	413,4	273,5	392,4	396,9	441,9	396,9

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de gerenciamento de caixa e pode apresentar algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis que adotam o regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

Destaques 4T12 x 4T11

O fluxo de caixa livre totalizou R\$ 258,1 milhões no 4T12, montante 16,0% (R\$ 49,1 milhões) inferior ao registrado no 4T11. Esse desempenho ocorreu em função dos seguintes fatores:

- (i) redução de R\$ 45,0 milhões na geração de caixa operacional (R\$ 359,0 milhões no 4T12 ante R\$ 404,0 milhões no 4T11) explicada pela redução da receita oriunda do contrato bilateral com a AES Eletropaulo (R\$ 471,1 milhões no 4T12 ante R\$ 532,0 milhões no 4T11), decorrente da sazonalidade deste contrato, além do aumento dos custos devido ao maior preço *spot* verificado no período (R\$ 305,17/MWh no 4T12 versus R\$ 42,39/MWh no 4T11);
- (ii) volume de investimentos superior (R\$ 63,5 milhões no 4T12 ante R\$ 51,1 milhões no 4T11), em função de um maior volume de recursos destinados à modernização das usinas e ausência do investimento no projeto Jaguari Mirim (PCH São José), que entrou em operação em março;

Parcialmente compensados pelo:

- (iii) menor despesa financeira líquida (R\$ 19,2 milhões no 4T12 ante R\$ 25,9 milhões no 4T11);
- (iv) menor desembolso com imposto de renda (R\$ 18,3 milhões no 4T12, versus R\$ 19,9 milhões no 4T11), devido o menor resultado obtido pela Companhia no trimestre.

Destaques 2012 x 2011

O fluxo de caixa livre totalizou R\$ 1.010,4 milhões em 2012, 33,8% superior ao ano de 2011. Esse desempenho ocorreu em função dos seguintes fatores:

- (i) geração de caixa operacional aumentou R\$ 292,3 milhões (21,6%) quando comparado a 2011. Esse aumento é decorrente da maior receita auferida com o contrato bilateral com a AES Eletropaulo e com a venda de energia no mercado *spot*; e
- (ii) redução de 18,2% nos investimentos (R\$ 126,8 milhões em 2012 ante R\$ 155,0 milhões em 2011);

Parcialmente compensados pelo:

- (iii) incremento de 18,8% no pagamento de imposto de renda decorrente do maior lucro auferido pela Companhia no período.

OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê estabeleceu à Companhia a obrigação de expandir a capacidade instalada de seu sistema de geração (“Obrigação de Expansão”) em, no mínimo, 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo, por intermédio de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu contrato de concessão (“Contrato de Concessão”), ocorrida em dezembro de 1999.

Contudo, foram estabelecidas restrições regulatórias desde a privatização, em especial a criação do Novo Modelo do Setor Elétrico, por meio da publicação da Lei nº 10.848/2004 (“Novo Modelo do Setor”), que tornaram inviável o cumprimento da Obrigação de Expansão, tal qual originalmente concebida. Com o Novo Modelo do Setor, a AES Tietê passou a estar sujeita a restrições para a comercialização de energia elétrica, o que dificulta o cumprimento da Obrigação de Expansão por meio da contratação de energia elétrica de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo. Existem ainda restrições regionais, como a insuficiência de recursos hídricos no Estado de São Paulo, e restrições ambientais, que impediram diversas tentativas de atendimento da Obrigação de Expansão.

Em 6 de setembro de 2011, a Companhia foi notificada sobre uma citação processual em uma ação ordinária na qual o Estado de São Paulo requereu que a AES Tietê cumprisse, em um prazo de 24 meses, a obrigação de expandir sua capacidade instalada. O juiz responsável pela ação ordinária concedeu liminar, determinando o início do decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para que a Companhia apresentasse seu plano para o cumprimento da Obrigação de Expansão.

A AES Tietê apresentou, o projeto “Termo São Paulo”, detalhado a seguir, como seu plano para atendimento da obrigação de expansão da capacidade.

Em 06 de dezembro de 2012 foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela AES Tietê (“Termo São Paulo”), onde se alega basicamente que: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termelétrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

Esforços realizados para cumprimento da obrigação de expansão

Para cumprir o requerimento de expansão, a Companhia está desenvolvendo um novo projeto para construção de uma termelétrica a gás natural, com capacidade de geração de aproximadamente 550 MW. Em novembro de 2009, foi definida a localização da planta e, em agosto de 2010, concluído o estudo de viabilidade técnico-econômica, que indica a viabilidade do projeto e sinaliza a continuidade das ações de seu desenvolvimento.

Em janeiro de 2011, a AES Tietê protocolou na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e, em maio, participou da audiência pública realizada na cidade de Canas, visando à obtenção da Licença Ambiental Prévia (LP). No dia 18 de agosto de 2011, no município de Lorena, foi realizada audiência pública para complementar o processo de obtenção da licença. Em 20 de outubro de 2011, a Licença Prévia para construção da usina termelétrica no município de Canas foi emitida pela CETESB.

A Companhia se inscreveu para participar dos Leilões A-5 de 2011, que ocorreu no dia 20 de Dezembro de 2011, além dos leilões A-3 e A-5 de 2012, previsto para ocorrerem em 11 e 25 de outubro de 2012, respectivamente. Entretanto, devido à decisão da Petrobras de não entregar uma proposta vinculante de contrato de fornecimento de gás para projetos térmicos, incluindo o projeto Termo São Paulo, não foi possível participar desses certames. Para viabilizar o projeto, a Companhia trabalha com duas opções: (i) participar dos próximos leilões de energia; ou (ii) avaliar a possibilidade de vender energia gerada no mercado livre.

Além do projeto “Termo-São Paulo”, a Companhia adquiriu a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da AES. A Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos caso os dois projetos sejam executados simultaneamente.

Contribuem para o cumprimento da meta da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia proveniente de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

REGULATÓRIO

Programa de Redução de Custo de Energia

Com objetivo de estimular a economia do país, em 11 de setembro de 2012, o governo federal anunciou cortes nos custos de energia para consumidores residenciais e industriais através da Medida Provisória 579 ("MP 579"). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto-Lei 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que havia sido estabelecido na MP 579.

O programa visa reduzir as tarifas em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28,0% para os consumidores industriais) a partir de fevereiro de 2013, a partir da redução de encargos setoriais (RGR, CCC e CDE), que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7,0% e da definição de novas condições para a renovação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Em 14 de janeiro de 2013, a MP 579 foi convertida em lei após a publicação da Lei 12.783.

As regras para renovação das concessões estabelecidas pela lei 12.783 são válidas para as concessões concedidas antes de 1995 e, por isso, não são aplicáveis à AES Tietê. Além disso, a concessão de todas as usinas da AES Tietê expirará apenas em 2029. A Companhia também possui toda a sua garantia física de geração contratada até 31 de dezembro de 2015. Sendo assim, não são esperados impactos significativos nos negócios da Companhia em função da lei 12.783.

MERCADO DE CAPITAIS

DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações da AES Tietê são negociadas no mercado tradicional da BM&FBovespa, sob os códigos GETI3 (ordinárias) e GETI4 (preferenciais). Além disso, a Companhia possui ADRs Nível I negociadas no mercado de balcão norte-americano, sob os códigos AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais).

As ações preferenciais da Companhia integram o Índice Brasil (IBrX), que mede o desempenho das 100 ações mais negociadas na bolsa; o Índice Dividendos (IDIV), que mede o comportamento das ações de empresas que se destacaram em termos de remuneração dos investidores; e o Índice de Energia Elétrica (IEE), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico.

Pelo sexto ano consecutivo, a Companhia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade.

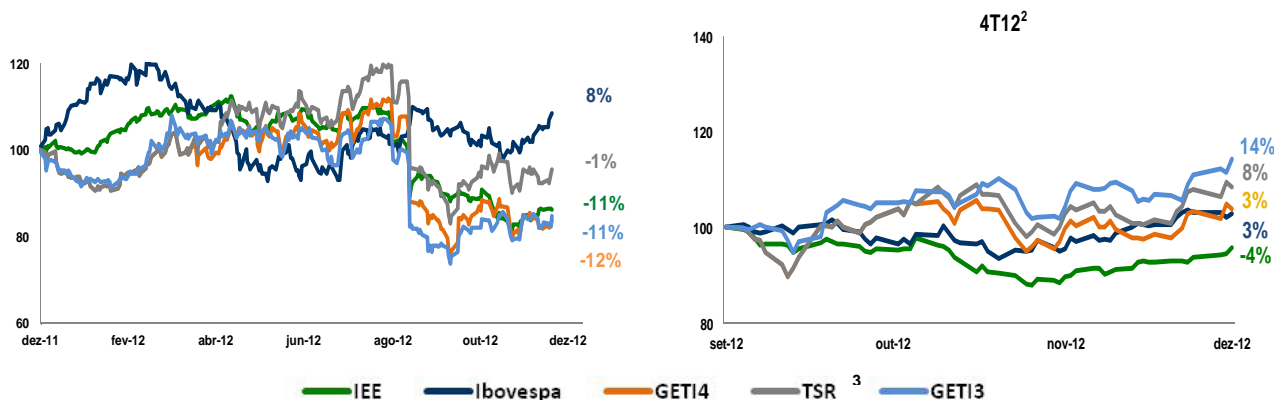
No 4T12, as ações ordinárias da AES Tietê registraram uma valorização de 14,2% e as ações preferenciais, de 3,4%, encerrando o mês de dezembro cotadas a R\$ 20,98 e R\$ 23,59, respectivamente. Esse desempenho favorável no 4T12 é reflexo principalmente do anúncio da distribuição de JSCP divulgado em dezembro. Neste mesmo período, o Ibovespa valorizou-se 3%, enquanto o IEE desvalorizou-se 4,3% e o TSR (índice que indica o total de retorno ao acionista) das ações preferenciais apresentou valorização de 7,3%.

Os papéis da Companhia foram negociados em 100% dos pregões da BM&FBovespa durante o 4º trimestre de 2012. No período, foram registrados 126.796 negócios realizados com as ações preferenciais e 49.432 com as ordinárias, correspondente a um volume médio diário de R\$ 13,9 milhões e R\$ 4,3 milhões, respectivamente.

Ao longo de 2012 foram realizados 779.583 negócios, sendo 551.023 envolvendo ações preferenciais (54,2% acima do total de 2011), enquanto foram observadas 203.692 negociações com ações ordinárias da Companhia, 42,3% acima do total registrado em 2011. Em 28 de dezembro de 2012, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 8,4 bilhões.

Mesmo registrando uma valorização das ações de 3% na PN e 14% na ON no 4T12, o desempenho das ações da Companhia em 2012 reflete a reação do mercado aos desdobramentos do programa de redução de custos de energia, anunciado em setembro e aprovado em dezembro de 2012 pelo Governo. Apesar de não impactar diretamente a Companhia, as medidas influenciaram a cotação de todas as empresas do setor de energia.

AES Tietê x Ibovespa x IEE x TSR³
Base 100



1 - Índice - 28/12/2011 = 100 2 - Índice - 28/12/2012 = 100
3 - Total Shareholder Return - Retorno total ao acionista
(Considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período)

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Cia Brasileira de Energia	140.882.909	71,3%	59.447.111	32,3%	200.330.020	52,5%
Centrais Elétricas Bras. S.A - Eletrobrás	150.534	0,1%	30.107.688	16,4%	30.258.222	7,9%
Outros (Free Float)	56.427.768	28,6%	94.237.483	51,3%	150.665.251	39,5%
Total	197.461.211	100,0%	183.792.282	100,0%	381.253.493	100,0%

Em 28/12/2012

DESEMPENHO SOCIAL

Segurança

Em 2012, a AES Tietê deu continuidade ao conjunto de ações para manter a melhoria contínua dos índices de segurança e obteve resultados significativos. Não houve acidentes registrados com colaboradores próprios e com contratados o número de acidentes foi baixo: cinco acidentes sem afastamento, o que corresponde a uma redução de 50% em relação ao ano anterior. Além disso, não são registradas fatalidades com colaboradores próprios ou contratados desde 2009.

Uma das mais importantes ações e que contribuíram para esse resultado foram as caminhadas de segurança, uma iniciativa da Companhia que envolve lideranças de diferentes áreas, com o objetivo de observar as atividades de trabalho de colaboradores e contratados em campo para identificar e eliminar condições e comportamentos não seguros. Em 2012, os líderes da AES Tietê realizaram 1.857 caminhadas de segurança, superando em 19% a meta estabelecida para o período.

Com relação à segurança com a população, desde fevereiro de 2009 não ocorrem acidentes nos reservatórios. Esse resultado deve-se a uma intensa campanha de segurança, na qual são veiculadas mensagens de alerta sobre a permanência de pessoas nas bordas das usinas, em jornais e rádios locais.

Desenvolvimento e Valorização de Comunidades

Em 2012 foram investidos e destinados às comunidades R\$ 12,8 milhões em projetos que visavam o acesso à educação, cultura, esporte e à capacitação profissional inclusiva, sendo R\$ 1,5 milhão com recursos próprios e R\$ 11,3 milhões com recursos incentivados.

Uma das beneficiadas desse investimento social foi a Casa de Cultura e Cidadania, que tem como objetivo transformar a realidade de milhares de crianças, jovens e adultos por meio de atividades voltadas à arte, cultura, cidadania, qualidade de vida e geração de renda. Direcionado principalmente para comunidades de baixa renda, o projeto atendeu diretamente, em 2012, cerca de 4,7 mil pessoas em suas atividades e, indiretamente, 214,3 mil pessoas, por meio da realização de apresentações e palestras.

Nas unidades da AES Tietê, foram atendidas 3,2 mil pessoas por meio das atividades e 141,7 mil por meio de apresentações e palestras.

O projeto conta com quatro unidades na área de concessão da AES Tietê: Barra Bonita, Lins, São José do Rio Pardo e Caconde.

A programação incluem temas transversais, como o uso seguro e eficiente da energia elétrica e o consumo responsável dos recursos naturais, e conta com duas frentes de atuação. A primeira delas é voltada para crianças e adolescentes e oferece atividades como artes circenses, visuais e digitais, música, teatro, dança e ginástica artística. A metodologia pedagógica aplicada é desenvolvida e acompanhada por uma equipe multidisciplinar de curadores. Na frente direcionada a jovens e adultos são promovidos cursos profissionalizantes e de empreendedorismo, oficinas para geração de renda, palestras e eventos culturais.

DESEMPENHO AMBIENTAL

Uso Eficiente dos Recursos Naturais

Em 2012 o consumo de água nas unidades da AES Tietê foi de 57,7 mil m³, volume 56,5% inferior ao ano anterior, superando significativamente a meta estabelecida para o período. Esse montante equivale a 147,9 m³/colaborador, valor 62,8% menor que o do ano anterior.

Para atingir esse resultado, foi feito um inventário de todos os sites da empresa com ranking de maior e menor consumo, visando analisar as tratativas necessárias em diminuir consumo de água com programas de conscientização de colaboradores. Adicionalmente, ações de reparo de equipamentos e controle de vazamentos foram realizadas em diversas unidades.

Consumo total de água por fonte (m ³)	2010	2011	2012
Abastecimento (rede pública)	507	529	450
Fonte subterrânea (poço)	92.748,8	129.217,8	56.277,2
Captação superficial (cursos d'água)*	5.632,8	2.564,3	946,2
Consumo total de água (m ³)	98.888,6	132.311,1	57.673,4
Consumo de água por funcionário (m ³)	314,3	397,2	147,9

CONTATOS:

Clarissa Sadock

Diretora de Relações com Investidores

clarissa.sadock@aes.com

Tel.: (11) 2195-7048

Gerente de RI	E-mail	Telefone
Lina Gallo	lina.gallo@aes.com	(11) 2195-2097
Analistas de RI	E-mail	Telefone
Luciana Silvestre	luciana.silvestre@aes.com	(11) 2195-2282
Victor Vaz	victor.vaz@aes.com	(11) 2195-2211
Tatiana Anicet	tatiana.anicet@aes.com	(11) 2195-1289
Thatiana Zago	thatiana.zago@aes.com	(11) 2195-2681

www.aestiete.com.br/ri ri.aestiete@aes.com

AES TIETÊ CONVIDA PARA:

Teleconferência / *Webcast*

APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: quarta-feira, 27 de fevereiro de 2013

HORÁRIO: 14h00 (BR) / 12h00 (EST)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 4688-6361
- **EUA:** (+1) 855 281-6021
- **Outros países:** (+1) 786 924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA INGLÊS

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Tietê

REPLAY: (+55 11) 4688-6312

CÓDIGO PORTUGUÊS: 2663560#

CÓDIGO INGLÊS: 1298599#

DISPONIBILIDADE: 27/02/13 até 05/03/13.

Os *slides* da apresentação estarão disponíveis para visualização e *download* no *website* www.aestiete.com.br/ri

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo *website*, onde ficará disponível após o evento.

Declarações contidas neste documento relativas a perspectivas dos negócios da AES Tietê, projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Empresa. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

ANEXOS - DADOS CONSOLIDADOS - R\$ mil

CONSOLIDADO		
ATIVO	30.09.2012	31.12.2012
ATIVO CIRCULANTE	747.591	664.486
DISPONIBILIDADES	392.410	396.923
Caixa e bancos	306	89.302
Aplicações financeiras	392.104	307.621
CRÉDITOS	265.558	232.462
Revendedores	36.318	27.615
Contas a receber de partes relacionadas	229.240	204.847
OUTROS	89.623	35.101
Tributos e contribuições sociais	64.371	11.740
Outros créditos	25.252	23.361
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.307.484	3.279.842
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-
Títulos a recuperar	101.650	99.063
Outros tributos compensáveis	894	791
Cauções e depósitos vinculados	54.598	6.897
Outros créditos	14.386	14.386
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.386)	(14.386)
Imobilizado	3.098.794	3.122.330
Intangível	51.548	50.761
TOTAL DO ATIVO	4.055.075	3.944.328

CONSOLIDADO		
PASSIVO	30.09.2012	31.12.2012
PASSIVO CIRCULANTE	902.035	905.848
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	340.733	316.602
Empréstimos e financiamentos	300.221	316.335
Encargos de dívidas	40.512	267
FORNECEDORES	59.827	116.222
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	401.273	397.801
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	2.413	24.655
PROVISÕES	67.545	21.013
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	13.041	12.250
Provisão para litígios e contingências	54.504	8.763
OUTRAS CONTAS A PAGAR	30.244	29.555
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.246.888	1.230.218
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	599.290	599.484
PROVISÕES PARA LITÍGIOS E CONTIGÊNCIAS	51.843	46.268
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	593.218	582.920
PROVISÃO PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1.798	774
OUTROS	739	772
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.906.152	1.808.262
Capital Social	207.227	207.227
Reservas de Capital	253.775	253.844
Reservas de Lucro - Legal	41.445	41.445
Ajuste de avaliação patrimonial	1.141.933	1.123.871
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	181.875
Lucros acumulados	261.772	-
TOTAL DO PASSIVO	4.055.075	3.944.328

Demonstração dos Resultados	4T11	4T12	Var (%) 4T12 X 4T11	2011	2012	Var (%) 2012 X 2011
Receita Operacional Bruta	570.078	520.897	-8,6%	1.983.779	2.228.816	12,4%
Suprimento e Transporte de Energia	570.079	520.887	-8,6%	1.983.764	2.228.665	12,3%
Outras Receitas	(1)	10	-	16	76	390,3%
Deduções da Receita Operacional	(28.254)	(26.907)	-4,8%	(97.823)	(116.306)	18,9%
Receita Operacional Líquida	541.824	493.980	-8,8%	1.885.956	2.112.435	12,0%
Custos do Serviço de Energia Elétrica	(164.854)	(244.957)	48,6%	(583.633)	(732.635)	25,5%
Pessoal	(19.294)	(19.641)	1,8%	(71.274)	(78.046)	9,5%
Material	(2.889)	(1.417)	-51,0%	(6.232)	(4.541)	-27,1%
Serviços de Terceiros	(20.201)	(24.006)	18,8%	(68.640)	(86.658)	26,3%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(17.021)	(14.661)	-13,9%	(63.676)	(68.354)	7,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(20.433)	(100.990)	394,2%	(83.114)	(196.591)	136,5%
Transmissão e Conexão	(26.298)	(27.307)	3,8%	(98.428)	(107.303)	9,0%
Depreciação e Amortização	(41.746)	(43.065)	3,2%	(164.093)	(162.644)	-0,9%
Provisões Operacionais	180	(473)	-	(7)	(1.810)	25757,1%
Outras despesas (receitas) operacionais	(17.152)	(13.397)	-	(28.169)	(26.688)	-5,3%
Resultado do Serviço	376.970	249.023	-33,9%	1.302.323	1.379.800	5,9%
EBITDA	418.716	292.088	-30,2%	1.466.416	1.542.444	5,2%
Receita (Despesa) Financeira	(4.335)	(3.990)	-8,0%	(46.582)	(42.302)	-9,2%
Receitas Financeiras	12.375	7.553	-39,0%	53.980	34.075	-36,9%
Despesas Financeiras	(21.954)	(15.335)	-30,1%	(95.512)	(75.885)	-20,5%
Variações Monetárias/cambiais - líquidas	5.244	3.792	-27,7%	(5.050)	(492)	-90,3%
Resultado Antes dos Tributos	372.635	245.033	-34,2%	1.255.741	1.337.498	6,5%
Provisão para IR e Contribuição Social	(114.757)	73.518	-164,1%	(435.932)	(317.625)	-27,1%
Impostos Diferidos	4.744	(137.070)	-2989,2%	25.055	(118.610)	-573,4%
Lucro Líquido do Exercício	262.622	181.481	-30,9%	844.865	901.263	6,7%

GLOSSÁRIO

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando, sempre, a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

Capacidade instalada dos sistemas interligados - É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não é considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

Capacidade instalada nacional - É a soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004. Atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

CDI (Certificado de Depósito Interbancário) - Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, com base no disposto na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004. É o órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

Megawatt (MW) - Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de watts.

MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km².

Repasso de energia livre - Para ajustar suposto desequilíbrio na distribuição dos valores entre geradores e distribuidores, a Resolução Normativa 387, de 15/12/2009, determinou que os Repasses de Energia Livre para as geradoras, que tiveram início originalmente em março de 2003, deveriam ser recalculados pelas distribuidoras de forma retroativa, desde fevereiro de 2002, e com ajustes nos parâmetros de cálculo. Essa medida foi necessária em decorrência da criação da RTE, que buscava equacionar parte dos impactos financeiros a que ficaram submetidos distribuidores e geradores do SIN em função do racionamento (perda de receita das distribuidoras e despesa das geradoras com a compra de Energia Livre no Mercado Atacadista de Energia (MAE), entre junho/2001 e fevereiro/2002). A RTE foi implementada por meio da aplicação de percentuais de aumento nas tarifas de fornecimento de energia, cabendo às distribuidoras o repasse às geradoras, conforme procedimentos definidos pela ANEEL.

RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária) - Aumento tarifário, temporário, autorizado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 2002.

TAR (Tarifa Atualizada de Referência) - É utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras) - Tarifa destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição.

TUSTrb (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) - Tarifa relativa ao uso de instalações da Rede Básica, que considera os custos de operação e expansão das linhas de transmissão.